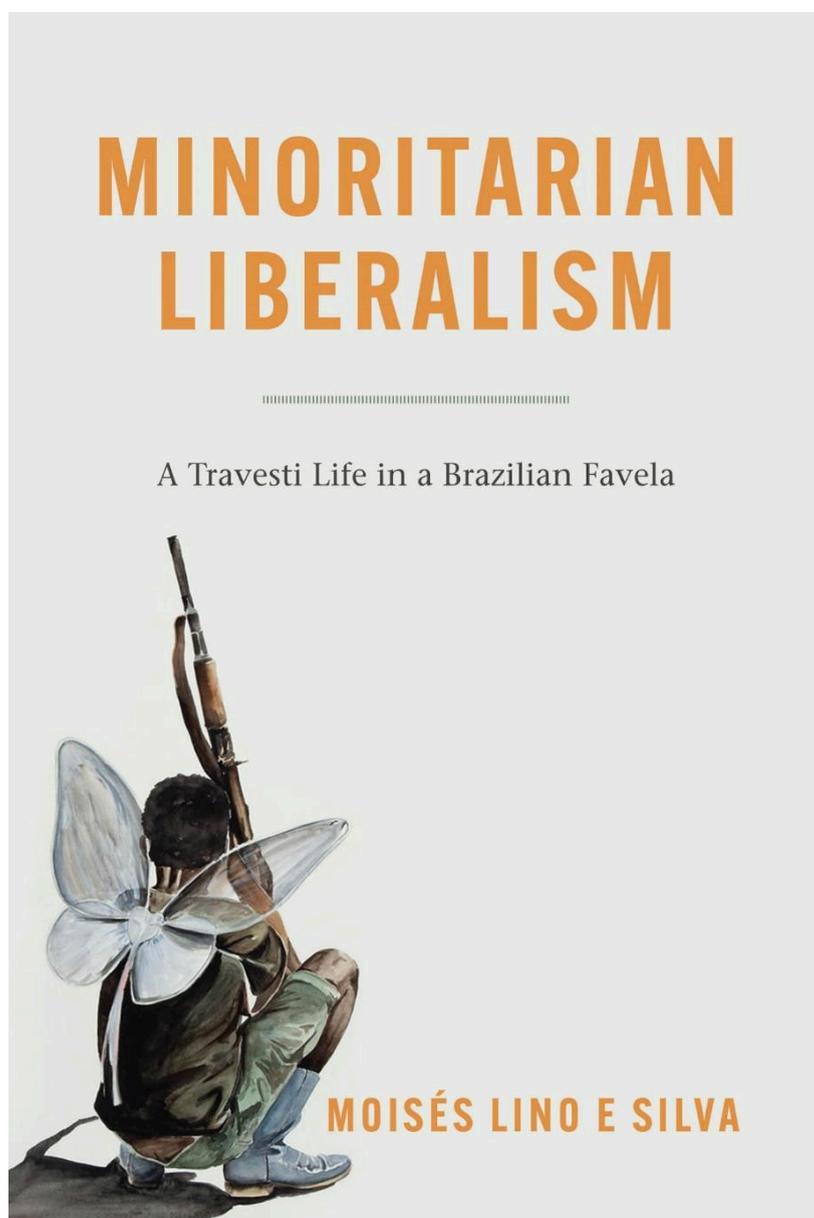


Descolonizando o liberalismo através de uma antropologia queer

TIAGO SALES DE LIMA FIGUEIREDO 
Universidade Federal Fluminense | Niterói, RJ, Brasil
slf.tiago@gmail.com

DOI 10.11606/ISSN.2316-9133.v33i2PE226891



e226891

<https://doi.org/10.11606/ISSN.2316-9133.v33i2PE226891>

Lino e Silva, Moisés. 2022. *Minoritarian Liberalism: A Travesti Life in a Brazilian Favela*. Chicago: University of Chicago Press.

O livro se inicia resgatando a memória do primeiro encontro com a principal interlocutora do autor, Natasha Bündchen, uma travesti “liberada”. Remetendo-nos a um bom romance, Moisés Lino e Silva desdobra sua questão sobre a liberdade a partir de uma simples expressão usada por Natasha que significava tomar liberdade com as pessoas: dar um it! Esse ponto, logo no início do livro, pode deixar alguns leitores apreensivos. Afinal, como podemos falar em liberdade/ liberalismo e travestis vivendo em uma favela no Brasil? Talvez o incômodo seja uma forma de nos conduzir a uma ideia de liberalismo contra hegemônico, um liberalismo minoritário. Como se deseja e experimenta o ideal de ser livre? Como seria levar a sério o discurso sobre a liberdade que permeia a subjetividade de indivíduos atravessados por gêneros e sexualidades subalternizadas?

O livro “*Minoritarian Liberalism: A Travesti Life in a Brazilian Favela*” de Moisés Lino e Silva, lançado em 2022 pela “The University of Chicago Press”, nos apresenta o desafio de compreender a liberdade da ideologia liberal além das representações cristalizadas no senso comum, permeada pelo liberalismo eurocêntrico. Nesse sentido, o liberalismo minoritário não é nem obrigatoriamente individualista, nem baseado na propriedade privada, mas, sim, em uma abordagem estratégica de desidentificação. A desidentificação, para Muñoz (1999), é como as minorias negociam sua identidade com o mundo heteronormativo. Essa desvinculação se encontra na relação entre as forças dominantes e as subalternas, no intuito desses últimos produzirem suas próprias lógicas sobre a liberdade.

Moisés Lino e Silva é professor da UFBA, se doutorou em antropologia pela University of St. Andrew e esta obra é resultado de sua tese, defendida em 2012. Seu ponto de partida teórico é uma crítica ao “liberalismo normativo” consagrado pelos filósofos contratualistas. O autor defende que há outras concepções de liberalismo além das formuladas pelos filósofos europeus. Para uma releitura decolonial deste importante conceito, Lino recorrerá a filósofa Johana Oksala que compreende a liberdade pelas “[...] operações concretas pelas quais sua existência é testada” (Lino e Silva, 2022). Ademais do referencial teórico sobre liberalismo, seu arcabouço conceitual inscreve-se na perspectiva pós-estruturalista dialogando com os textos de Foucault, Deleuze e Guattari. Termos como agenciamento, minoritariedade/majoritariedade e desterritorialização são basilares para o texto. Assim, sua empreitada etnográfica parte da compreensão das noções que envolvem a ideia de ser livre tais como libertinagem, livre-arbítrio e livramento.

Para construir sua argumentação, o autor nos leva para a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Propondo-se a fazer uma antropologia queer, o livro nos conduz através de uma etnografia cativante e profunda, fruto de anos de observação e de dedicação aos seus interlocutores. Na maneira pela qual o enredo da obra vai se desdobrando, percebemos que o autor não se furta em explorar suas emoções em campo como forma de enriquecer sua análise. Uma das questões metodológicas aprofundadas por Lino e Silva é a quebra do pacto antropológico da objetividade por se tornar amigo das pessoas que ele fez esse estudo. No entanto, destaco que a riqueza do texto está na maneira que a amizade por

Natasha move o antropólogo a se aprofundar cada vez mais no universo travesti da favela da Rocinha.

O livro se divide em uma introdução, na qual o autor se debruça para uma contextualização histórica das favelas cariocas, bem como sobre seu objeto teórico, e mais sete capítulos etnográficos cujas articulações teóricas, representações e grandes abstrações são deixadas de lado para dar lugar a perspectiva da ação social, da vida vivida. Apesar do autor não deixar de usar algumas referências conceituais durante todo o texto, elas são apenas elementos balizadores da narrativa, ou componentes de transição entre um tema e outro. No entanto, a tese da liberdade é conceitualizada e construída desde as falas e do dia a dia dos moradores da Rocinha.

No primeiro capítulo, o autor explora os componentes que construíram sua etnografia, bem como situa o leitor territorialmente e nas relações de poder que permeiam uma favela carioca. Essa contextualização é importante devido as nuances da Rocinha ser situada exatamente no meio dos bairros com o metro quadrado mais caro do país, o que produz um tipo muito específico de subjetividade. Além disso, os moradores têm que lidar com o racismo da polícia e da própria infraestrutura urbana que produz a tessitura desigual do Rio de Janeiro. Tal modelo de cidade apresenta situações em que o poder e a liberdade são limitados e ressignificados, por exemplo, os varejistas do mercado ilegal de entorpecentes que detém algum poder simbólico dentro da favela e poder financeiro, porém não podem sair de lá, com risco de serem presos ou mortos pela polícia.

Outro atravessamento importante nas identidades da Rocinha é o fato de a favela ser predominantemente povoada por imigrantes nordestinos, dos quais Lino e Silva vai se enredando até conhecer Natasha, uma travesti nascida no interior do Ceará, que só pode vivenciar livremente seu gênero e sua sexualidade quando se mudou para favela da Rocinha, o que possibilitou explorar as limitações e oportunidades que viver naquela comunidade podia lhe oferecer. Volto a salientar a originalidade deste livro, ilustrada pela habilidade do autor em demonstrar o contraste que as possibilidades de existência enquanto sujeito, entre uma cidade sertaneja e no Rio de Janeiro. Sob a perspectiva de sua interlocutora, ser livre é poder deixar para trás seu antigo eu, Clodoaldo Cortez da Silva, e se transformar em uma “travesti libertina”.

A questão da liberdade também é contraposta em um movimento autorreflexivo. Quando o autor se coloca em cena e aponta suas diferenças sociais com os seus interlocutores, destaca-se a mobilidade que o antropólogo gay, branco e de classe média possui. O poder financeiro lhe garantia o direito de ir e vir. Poder sair quando quisesse da favela gerava um abismo incômodo entre ele e sua amiga, que se encontrava acamada devido a complicações pelo HIV. A escolha de Natasha de evitar buscar ajuda médica é tratada por Lino e Silva como gozo da liberdade minoritária. Tal percepção parece ignorar as não-liberdades que as estruturas do Estado brasileiro colocam para pessoas trans e travestis. Há um sistema de exclusão e preconceito que muitas delas evitam buscar o Sistema Único de Saúde, pois sabem muito bem que podem encontrar uma enorme má vontade dos profissionais de acolherem a população LGBTQIA+. No entanto, para o antropólogo, interpretar a atitude de sua amiga como uma forma de evitação significaria, de fato, incorporar o liberalismo normativo à sua análise. Por isso, ele argumenta que

devemos deslocar o foco para a multiplicidade das formas de liberalismo, propondo uma radicalização do desejo e do prazer como forças centrais na autonomia dos sujeitos subalternos.

No segundo capítulo, nosso autor explora as relações entre o território, controlado por traficantes de drogas, e as questões que se colocam sobre a liberdade da população do morro, geradas pela lógica do liberalismo normativo. A configuração da cidade coloca as favelas em uma espécie de um não-lugar, no qual se estabelece uma temporalidade diferente e leis próprias. Destaca-se as possibilidades que emergem para uma autonomia das pessoas queer a partir das regras impostas pelo poder paralelo. Em uma zona em que o liberalismo normativo descarta os direitos humanos à dignidade, contraditoriamente, quem protege a população LGBTQIA+ são as lógicas morais que instauram os narcotraficantes. Por outro lado, a oposição asfalto e morro é o que faz a favela ser um lugar extremamente violento, precário de direitos básicos. O Rio de Janeiro não existiria sem a favela, não por uma questão de patrimônio cultural, mas pela estruturação de uma cidade desigual, onde a falta produz desejo. Assim, é nessa relação assimétrica entre as pessoas do asfalto e do morro no acesso aos serviços urbanos que se constrói a noção de privilegiados e desprivilegiados, onde a falta se transforma em desejo e alimenta as desigualdades da cidade. Talvez esse jogo de oposição sistematizado no Rio de Janeiro seja ilustrado no episódio no qual Lino e Silva convida Natasha para uma festa na zona sul. A protagonista do livro confessa que não gostava de gente rica, pois na favela tinha mais liberdade. Essa afirmação, ao mesmo tempo que apresentava um enfrentamento, ou menosprezo sobre as pessoas do asfalto, revelava um incomodo. A falta de liberdade sentida por ela, indicava estar em um universo simbólico e com códigos de condutas diferentes à moralidade dos indivíduos progressistas da zona sul.

A desterritorialização da favela, por outro lado, possibilita a existência do desviante e do minoritário. Deleuze e Guattari (1997) afirmam que a desterritorialização é um passo para a reterritorialização, que produzem novos agenciamentos. Nesse caso, os lugares marginais afloram, na vulnerabilidade, a subjetividade fora da heteronormatividade. Assim, o abandono pelo Estado dessas áreas é o que fornece a liberdade necessária para que os sujeitos se moldem por fora do liberalismo normativo. Talvez a grande contradição para a liberdade da comunidade LGBTQIA+ na Rocinha é que ela depende do poder autoritário e hipermasculinizado do tráfico de drogas.

Já no terceiro capítulo, Lino e Silva viaja para o sertão cearense, terra natal de Natasha, para compreender os motivos para sua amiga ter abandonado o lugar onde ela nasceu. O texto decorre sobre como a transfobia e a homofobia no interior do Brasil, somado a outras condições, são alguns dos motivos para Natasha migrar para o Rio de Janeiro. Por outro lado, o autor não deixa de pensar sobre como o liberalismo minoritário atravessa a população do sertão constituindo, talvez, um motor para o fluxo migratório direcionando-os a uma vida urbana no Sudeste. Este, sem dúvida, é o capítulo mais profundo do livro. Em uma estratégia etnográfica que exige folego e bastante recurso para a pesquisa, Lino e Silva amplia a compreensão do leitor sobre a história de vida de Natasha. Nessa parte do livro conhecemos Clodoaldo, o menino que ficou em Guaraciaba do Norte

e deu lugar a Natasha Bündchen no Rio de Janeiro. O autor consegue colocar nessas páginas toda a violência física e simbólica que atravessou a vida de sua amiga.

Apesar de que a subjetividade *queer* possa existir no sertão cearense, o liberalismo normativo abre pouco espaço para um outro gênero, como a de uma travesti. Nesse sentido, embora o autor reconheça que há espaço para liberdade no sertão, a migração para uma favela no Rio de Janeiro significa uma forma de escapar do liberalismo normativo para adotar uma nova forma de liberdade minoritária.

No quarto capítulo, o autor amplia seu escopo de análise, apresentando-nos a um grupo de adolescentes *queers* do morro. O intuito dessa estratégia é ilustrar as diversas possibilidades de sujeitos desviantes que aflora na favela da Rocinha. Do mesmo modo, apontar como esses corpos lidam com a liberdade e as relações conflituosas entre as gerações.

Essa seção do livro ganha força ao contrastar a infância/ adolescência na Rocinha com essa mesma fase da vida relatada pelos adultos migrantes cearenses. Os adolescentes gays e travestis da Rocinha nos apresentam um contraponto sobre a corporalidade, desejo e sociabilidade. Percebemos a liberdade expressa na hiperssexualização dos adolescentes *queers*.

O quinto capítulo é permeado pelos conflitos religiosos, ampliando ainda mais os atravessamentos comuns a população da favela. Principalmente a participação das igrejas neopentecostais nas construções sobre o ideal de liberdade. Essas igrejas oferecem cultos de libertação que o livro consegue explorar muito bem, colocando em contraste com as religiões de matriz africanas. Assim, sugerindo a partir dessa oposição as experiências do liberalismo normativo e do liberalismo minoritário.

Atualmente, não há como fazer uma pesquisa em uma favela no Rio de Janeiro sem esbarrar na problemática das igrejas neopentecostais, principalmente a Igreja Universal do Reino de Deus, que incorpora diversos elementos da umbanda e do candomblé em seus cultos. No caso de uma etnografia sobre travestis e liberdade, coloca-se ainda mais evidente a tensão, cada vez mais latente no Brasil, gerada pela oposição entre evangélicos e membros de religiões de matrizes africanas. Lino e Silva argumenta que as religiões estão enraizadas no sistema liberal, muitas vezes operando em maneiras que, às vezes, desafiam e, outras vezes, apoiam o poder do Estado. Enquanto as religiões podem conceder poder aos marginalizados nas sociedades coloniais, as potências dominantes também mobilizam suas próprias estruturas religiosas para normalizar essas liberdades minoritárias.

No sexto capítulo, impulsionado pelo recorrente discurso das travestis que Lino e Silva convivia, ele viaja até a Itália em busca de trabalhadoras sexuais brasileiras. A prostituição acaba sendo, recorrentemente, uma alternativa para as travestis sobreviverem. A partir dessa realidade, constitui-se um mapeamento da cidade, baseado nos pontos onde elas “fazem pista”, nos locais com melhores clientes, nos níveis de perigo, nas interações com a polícia e nos controles sobre as ruas. Além disso, estabelece-se classificações e precificações dos corpos travestis, por exemplo, corpos que são hormonizados, possui silicone ou não. O preço que se paga para obter um corpo mais ou menos feminino está ligado a suas possibilidades de conseguir clientes, que por sua vez, se associa as

possibilidades de mudar de vida, sair da favela. Muitas trabalhadoras sexuais que conversaram com Lino e Silva tinham o ideal de trabalhar na Europa. Sempre se contava algum caso de alguém que conseguiu mudar de vida ao se mudar para Itália e trabalhar com prostituição naquele país. A dimensão das desigualdades do mundo se coloca na posição do Brasil enquanto um país periférico no qual sua população sonha em viver no primeiro mundo.

No capítulo conclusivo, desenha-se algumas considerações acerca da antropologia liberal e seu potencial para desconstruir nossas noções sobre as normatividades, em específico, o liberalismo. É também nesse capítulo final que nos é apresentado o desfecho dos personagens que ilustram o argumento do autor. A ideia de liberalismo minoritário, apresentada por Lino e Silva, tenta oferecer diferentes possibilidades de se compreender as questões da agência dos sujeitos subalternos em um mundo neoliberal. Para o autor, os moradores da favela rompem o contrato social por quebrarem as expectativas normativas de um “futurismo reprodutivo”. O interesse dos interlocutores do antropólogo estavam em testar os limites do corpo, transformando-o, experimentando-o. Isso não significa que os moradores da rocinha não possuam consciência sob sua condição de oprimido, pelo contrário, estão bastante conscientes disto, no entanto, a escapatória para essa condição se dá pela desterritorialização (Deleuze; Guattari, 1997), produzindo linhas de fuga do liberalismo normativo.

Lino e Silva termina seu livro afirmando que a antropologia precisa descolonizar o liberalismo, de modo a produzir uma antropologia para a libertação. De todo modo, apesar da crítica antiliberal do autor, é uma tarefa muito difícil não enquadrar “*Minoritarian Liberalism: A Travesti Life in a Brazilian Favela*” em uma antropologia de um liberalismo ingênuo. Talvez o ímpeto de provar o liberalismo minoritário como formas de expressão livre da população queer acabe ofuscando as não-liberdades dessas populações. Embora o autor não deixe de a todo tempo demonstrar que exista desigualdade de acesso e oportunidades entre diferentes classes sociais, para um leitor alinhado a uma perspectiva marxista, o livro, em diversos momentos, torna-se incômodo por apontar que exista liberdade sem condições materiais e direitos humanos garantidos.

Para Marx (1969), o Estado surge como o mediador entre o homem e sua liberdade, entretanto esta não é um ato de conexão entre os indivíduos, mas justamente a separação dos semelhantes, posto que “a liberdade é o direito a esta dissociação, o direito do indivíduo delimitado, limitado a si mesmo” (Marx, 1969:42). A liberdade na sociedade burguesa é compreendida como o direito natural à propriedade privada e outros bens materiais que tornam os sujeitos singulares em um mundo de inclusão e exclusão. Nesse sentido, a liberdade é restrita a um pequeno grupo que tem capital suficiente para aceder aos produtos produzidos pelo trabalho alheio, enquanto a classe operária tem recursos apenas para se manter vivo e continuar trabalhando, os recursos para a maior parcela da população são tão escasso que os indivíduos se veem obrigados a vender sua força de trabalho para permanecer vivos. Em vista disso, o modo pela qual as travestis do livro lidam com o conceito de liberdade reflete a essência da ideologia liberal normativa, que sustenta a ideia de que qualquer indivíduo no sistema capitalista é livre, mesmo quando essa liberdade é ilusória.

Assim, quando o autor utiliza o conceito de “liberalismo minoritário”, como sinônimo de exercício da liberdade, seja para classificar a escolha Natacha de evitar o tratamento de HIV do SUS e morrer, ou das travestis que se prostituíam nas ruas do Rio de Janeiro em aceitar os riscos de cair em uma rede de tráfico humano pelo ideal de enriquecer tentando a vida na Europa, parece haver um esforço para ignorar a trama complexa do capitalismo que é incutir uma falsa consciência de si alicerçada na ideia do livre-arbítrio. Em outras palavras, a tentativa do autor de descolonizar o liberalismo por meio de uma estratégia de desidentificação e negociação como o mundo heteronormativo, acaba, paradoxalmente, legitimando um sistema de opressão e exclusão. Tal sistema está fundamentado na dominação pela ideia que os indivíduos, além de serem inteiramente responsáveis pela sua própria existência, enxergam nessa responsabilidade a expressão da liberdade.

Por outro lado, como mencionei no início desta resenha a escolha narrativa de Lino e Silva gera certa ambiguidade. Se de uma certa perspectiva, exacerbar o liberalismo como uma filosofia política da liberdade minoritária pareça uma forma de florear as mazelas que o capitalismo gera ao se alicerçar em um sistema de exclusão, de um ponto de vista etnográfico Lino e Silva triunfa com sua construção textual impecável, demonstrando como certas pessoas resistem a sua condição de vulnerabilidade de maneiras extremamente criativas. Finalmente, “*Minoritarian Liberalism: A Travesti Life in a Brazilian Favela*” é um livro prazeroso que vale à pena ser lido como um exemplo de antropologia bem feita.

Referências Bibliográficas

- Deleuze, Gilles; e Guattari, Félix. 1997. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Marx, Karl. 1969. A questão judaica Rio de Janeiro: Laemmert.
- Engels, Friedrich; Marx, Karl. 2007. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo.
- Muñoz, José Esteban. 1999. Disidentifications: Queers of Color and the Performance of Politics. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Lino e Silva, Moisés. 2022. *Minoritarian Liberalism: A Travesti Life in a Brazilian Favela*. Chicago: University of Chicago Press.

sobre o resenhista

Tiago Sales de Lima Figueiredo

Professor substituto do Departamento de Ciências Sociais de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Doutor e mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Estudante vinculado ao Grupo de Estudios Sociales y Culturales sobre Deporte da Universidad de la Republica. É também pesquisador e do Núcleo de Estudos da Modernidades (NEMO) da UFF.

Autoria: O autor é responsável pela escrita da resenha.

Financiamento: O livro foi cedido gentilmente pela The University of Chicago Press para Revista Cadernos de campo.

Recebido em 7 de julho de 2024.

Aprovado em 22 de novembro de 2024.